



## DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, fone: \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e efeitos que:

( ) TENHO ( ) NÃO TENHO: Relação de matrimônio, união estável ou de parentesco consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade/cível (em linha reta até terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), **com a máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade contratante**, ou ainda com servidores investidos em cargos de Direção, Chefia, ou Assessoramento do mesmo órgão ou entidade, nos termos da súmula vinculante número 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática do nepotismo na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Em caso afirmativo**, identificar o parente consanguíneo ou por afinidade e a esfera de Governo de qual faz parte:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Órgão: \_\_\_\_\_  
Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto da Lei Estadual nº 3.531, de 14 de agosto de 2019, que veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006, no âmbito do Estado do Tocantins, e não ter sido condenado nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e tenho ciência que tal vedação se inicia com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto na Lei Complementar Federal nº 135, de 04 de junho de 2010, e na Lei nº 2.744, de 09 de agosto de 2013, que estabelece condições para a nomeação de agentes públicos no âmbito dos Poderes Estaduais, para os cargos que especifica, a fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do cargo, regulamentada pelo Decreto nº 4.883, de 05 de setembro de 2013, e não incorrer em nenhuma das hipóteses de impedimento para a investidura em cargo público, exercício de função comissionada ou contrato de emprego público na administração pública direta e indireta dos Poderes do Estado, disciplinadas no Decreto 4.883/2013.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto da Lei Estadual nº 3.668, de 26 de maio de 2020, que dispõe sobre a proibição de nomeação ou contratação determinados cargos e empregos públicos, de pessoa condenada por crime sexual contra criança ou adolescente, e não ter sido condenado em outra jurisdição por crimes sexuais contra vulnerável, crimes previstos nos artigos 240 e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente e por outros crimes de natureza sexual contra crianças ou adolescentes previstos na legislação.

DECLARO, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta;
- Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo;
- Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo;
- Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo;
- Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado (a): \_\_\_\_\_  
Carga Horária \_\_\_\_\_ Órgão: \_\_\_\_\_ Cidade/UF: \_\_\_\_\_  
Esfera de Governo: \_\_\_\_\_

